JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.10.05 07:20:01 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 5 de outubro de 2022 • Nº 1413 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

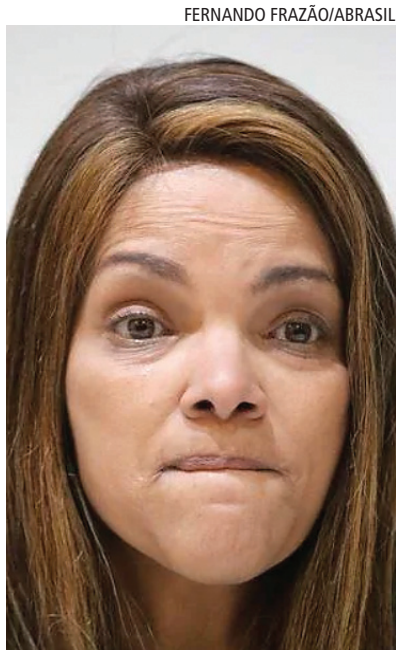
FENABRAVE

Venda de veículos cresce 19,33% em setembro

A venda de veículos automotores novos em setembro registrou alta de 19,33% na comparação com o mesmo mês de 2021. No mês passado foram comercializados 335.304 unidades, ante 280.979 em setembro do ano passado. A Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) divulgou ontem os dados de setembro. Na comparação com agosto, as vendas cairam 3,26% em setembro. Já no acumulado de janeiro a setembro deste ano, houve alta de 2,1% na comparação com o mesmo período do ano passado Os dados da Fenabrave levam em conta as vendas de automóveis e comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas e implementos rodoviários. PÁGINA 2

JUSTIÇA

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL



Vara criminal que julga caso Flordelis muda promotor

Com a transferência do promotor de justiça Carlos Gustavo Coelho de Andrade da 3ª Vara Criminal de Niterói para a 28ª Vara Criminal da capital, o caso Flordelis (**foto**) passou para o promotor Décio Viégas de Oliveira. A ex-deputada federal e pastora evangélica é acusada de envolvimento na morte do marido, Anderson do Carmo, assassinado a tiros no dia 16 de junho de 2019, na residência da família, em Pendotiba, Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), a movimentação de Andrade foi feita a pedido, seguindo o critério de antiguidade, e publicada no Diário Oficial de 26 de agosto. Segundo o MPRJ, responsável pela acusação nos processos criminais, o caso Flordelis não será afetado pela mudança, e a data de 12 de dezembro para a sessão de julgamento está mantida. PÁGINA 3

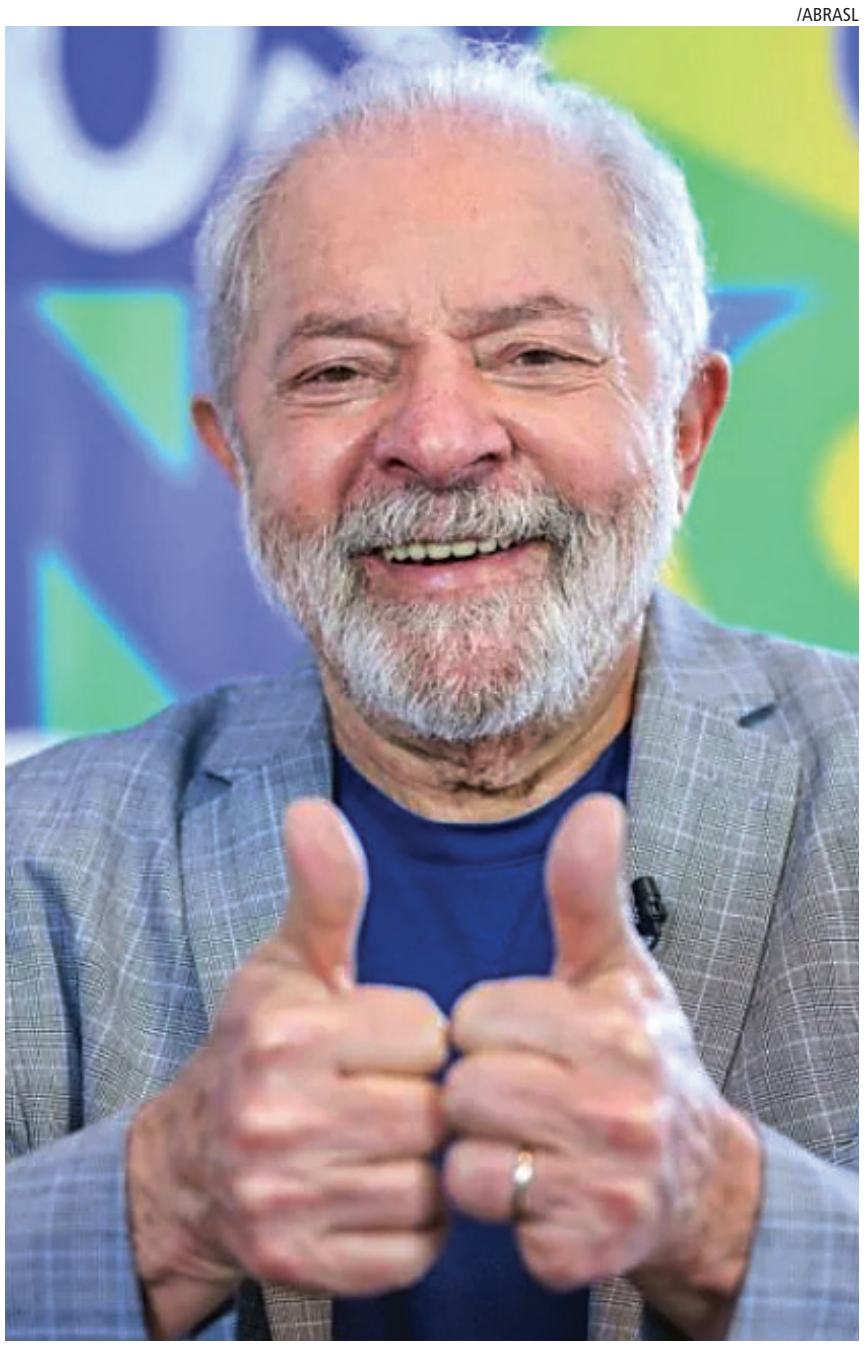
CRESCIMENTO

Banco Mundial aumenta para 2,5% previsão do PIB de 2022

A economia brasileira deverá terminar o ano com crescimento de 2,5%, segundo novas estimativas divulgadas ontem pelo Banco Mundial. A projeção anterior estava em 1,5%. Para 2023, o organismo internacional manteve em 0,8% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). As estimativas estão mais em linha com as previsões do governo. No fim de setembro, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia elevou de 2% para 2,7% a projeção de crescimento do PIB em 2022 . Para 2023, as projeções divergem. A proposta de Orçamento Geral da União prevê crescimento de 2,5%, enquanto as estimativas do Banco Mundial apontam expansão bem menor. PÁGINA 2

ELEIÇÕES

/ABRASL



Lula minimiza apoio de Rodrigo a Bolsonaro em São Paulo

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) minimizou o efeito eleitoral do apoio do governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), ao presidente Jair Bolsonaro (PL) e disse contar com adesão de senadores do PSD à sua candidatura. "Eu nunca tive relação com o atual governador de São Paulo. Não sei se ele já decidiu apoiar o meu adversário", disse Lula ontem, sendo interrompido por uma jornalista que informou a confirmação do endosso do tucano ao atual mandatário. O petista continuou: "Se ele resolveu apoiar o Bolsonaro, é uma decisão livre e soberana dele. Nós vamos ganhar do Bolsonaro, com o apoio dele (Rodrigo), aqui em São Paulo. Tenho certeza de que eu vou ganhar as eleições em São Paulo". Na tarde de ontem, Rodrigo declarou seu apoio incondicional a Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, e a Bolsonaro na corrida pela Presidência da República. Já o PSDB decidiu, após reunião de sua executiva nacional, não se posicionar a favor de Bolsonaro ou de Lula e liberou os filiados para apoiarem quem quiserem no segundo turno da eleição. Lula disse à imprensa que irá se reunir amanhã com senadores do PSD que irão declarar apoio à sua candidatura. PÁGINA 3

UCRÂNIA

Rússia divulga treinamento de 200 mil para guerra nuclear

PÁGINA 4

Apoio irrita tucanos que podem ficar com Haddad

O apoio do governador Rodrigo Garcia (PSDB) a Jair Bolsonaro (PL) e a Tarcísio de Freitas (Republicanos) irritou parte dos integrantes do PSDB, que criticaram a decisão por ter sido tomada de forma individual, sem consulta aos integrantes da campanha. Ontem, a direção nacional do PSDB liberou seus filiados para apoiarem Bolsonaro ou Lula (PT) no segundo turno da eleição. De acordo com o presidente municipal do PSDB de São Paulo, Fernando Alfredo, o diretório da capital ainda anunciará um lado entre Tarcísio e Fernando Haddad (PT) na disputa estadual. "Vamos ter uma decisão, vamos ter lado. O diretório não terá neutralidade", disse. Questionado sobre uma tendência a Tarcísio ou Haddad, ele afirmou que o PSDB pode dialogar com todos –Lula e Haddad, assim como Tarcísio e Bolsonaro."Estamos dispostos a conversar com quem quer o apoio do PSDB, que é um partido colegiado, que respeita sua história e legado", disse Fernando. "Vou ouvir o diretório municipal, os líderes das regiões, os vereadores. Vamos nos reunir e decidir", completou. A decisão de Rodrigo de endossar Tarcísio reflete um movimento natural de prefeitos ligados ao PSDB, que já começaram a migrar para o candidato de Bolsonaro neste segundo turno. Por outro lado, Rodrigo contraria tucanos históricos, como Aloysio Nunes e Tião Farias, que declararam voto em Lula.

INDICADORES

IBOVESPA: 0,08% / 116.230,12 / 95,66 / Volume: R$ 34.962.669.887 / Negócios: 6.002.905

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
3R PETROLEUMON NM	41.600	+9.33	+3.550
AMERICANAS ON NM	19.33	+6.03	+1.10
CSNMINERACAOON N2	3.690	+5.43	+0.190
LOCAWEB ON NM	10.38	+5.60	+0.55
SID NACIONALON	13.90	+4.91	+0.65

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	1.05	–6.25	–0.07
BRASIL ON NM	39.23	–5.38	–2.23
CEMIG PN EJ N1	11.31	–5.04	–0.60
MRV ON NM	12.17	–4.17	–0.53
POSITIVO TECON NM	12.40	–4.10	–0.53

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	31.37	–2.52	–0.81
VALE ON NM	75.79	+2.42	+1.79
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	29.80	+0.17	+0.05
BRASIL ON NM	39.23	–5.38	–2.23
B3 ON EDJ NM	14.48	+4.32	+0.60

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	30.316,32	+2,80
NASDAQ Composite	11.176,405	+3,34
Euro STOXX 50	3.482,54	+4,18
CAC 40	6.039,69	+4,24
FTSE 100	7.086,46	+2,57
DAX 30	12.670,48	+3,78

Salário mínimo	R$ 1.212,00
Ufir	R$ 3,7053
Taxa Selic (21/09)	13,75%
Poupança 3 (4/10)	0,65%
TR (prefixada) (set./22)	0,18%
IGP-M	-0,95% (set.)
IPCA 5	-0,15% (set.)
CDI 0,10	até o dia 04/out.
OURO BM&F/grama	R$ 284,99
EURO Comercial	Compra: 5,1608 Venda: 5,1614
EURO turismo	Compra: 5,1954 Venda: 5,3754
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1405 Venda: 5,1411
DÓLAR comercial	Compra: 5,1668 Venda: 5,1674
DÓLAR turismo	Compra: 5,1837 Venda: 5,3637

Economia

MERCADOS

Dólar recua 0,11% e fecha a R$ 5,16; Bolsa tem leve alta de 0,08%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Um dia após a maior queda desde 2018, o dólar encerrou ontem praticamente estável. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou o dia em alta, mas desacelerou e fechou com leve alta.

O dólar comercial fechou o dia vendido a R$ 5,168, com queda de 0,11%. A cotação começou em baixa, chegando a R$ 5,11 por volta das 9h15, pouco depois da abertura da sessão. No início da tarde, teve forte alta, chegando a R$ 5,20, mas perdeu força nos momentos finais de negociação até encerrar estável.

O mercado de ações também teve um dia volátil. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 116.230 pontos, com alta de apenas 0,08%. O indicador chegou a subir 1,81% por volta das 10h, mas desacelerou em um movimento de realização de lucros, com investidores aproveitando os ganhos de ontem para vender papéis e embolsar os ganhos.

Na segunda-feira, a Bolsa subiu 5,54% e teve a maior alta diária desde abril de 2020, influenciada pelo resultado do primeiro turno das eleições. Ações de empresas estatais, que foram as que mais se valorizaram na segunda-feira, tiveram queda ontem, puxando o Ibovespa para baixo.

Nos Estados Unidos, a divulgação de que a criação de empregos teve a maior queda mensal em dois anos e meio trouxe alívio aos investidores. A desaceleração do mercado de trabalho reduz as pressões para que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) aumente os juros além do previsto, o que estimula as bolsas norte-americanas.

O índice Dow Jones, das empresas industriais, subiu 2,8%. O Nasdaq, das empresas tecnológicas, ganhou 3,34%. O S&P 500, das maiores empresas, avançou 3,06%.

FENABRAVE

Venda de veículos registra alta de 19,33% em setembro

A venda de veículos automotores novos em setembro registrou alta de 19,33% na comparação com o mesmo mês de 2021. No mês passado foram comercializados 335.304 unidades, ante 280.979 em setembro do ano passado. A Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) divulgou ontem os dados de setembro.

Na comparação com agosto, as vendas registraram queda de 3,26% em setembro. Já no acumulado de janeiro a setembro deste ano, houve alta de 2,1% na comparação com o mesmo período do ano passado

Os dados da Fenabrave levam em conta as vendas de automóveis e comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas e implementos rodoviários.

SEGMENTOS

As vendas de automóveis e comerciais leves tiveram elevação nas vendas em setembro de 26,76% em relação ao mesmo mês de 2021. Já na comparação com o mês anterior, agosto de 2022, houve queda de 7,12%. No acumulado do ano, foi registrada queda de 5,08% em relação ao mesmo período de 2021 para o segmento.

No caso dos caminhões, todos os índices ficaram negativos em setembro. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda é de 4,02%. Na comparação com agosto, a retração foi de 9,81%. De janeiro a setembro, a queda foi 1,8%, na comparação com o mesmo período de 2021.

"Essa queda se deve à falta de componentes e ao fato de que caminhão é algo muito específico, feito por encomenda, com tecnologia muito maior do que a dos outros veículos".

As vendas de implementos rodoviários apresentaram crescimento de 7,73% na comparação com setembro do ano passado, mas tiveram queda de 5,39% ante agosto deste ano. No acumulado de janeiro a setembro a queda foi de 8,19%.

CRESCIMENTO

Banco Mundial aumenta para 2,5% previsão do PIB este ano

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A economia brasileira deverá terminar o ano com crescimento de 2,5%, segundo novas estimativas divulgadas ontem pelo Banco Mundial. A projeção anterior estava em 1,5%. Para 2023, o organismo internacional manteve em 0,8% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

As estimativas estão mais em linha com as previsões do governo. No fim de setembro, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia elevou de 2% para 2,7% a projeção de crescimento do PIB em 2022 .

Para 2023, as projeções divergem. A proposta de Orçamento Geral da União prevê crescimento de 2,5%, enquanto as estimativas do Banco Mundial apontam expansão bem menor.

As novas estimativas foram divulgadas como adiantamento do encontro anual de outono (no Hemisfério Norte) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. As reuniões ocorrem na próxima semana, entre os dias 10 e 16, em Washington.

Segundo o relatório, os gastos sociais e os investimentos (obras públicas e compra de equipamentos) são elementos centrais para impulsionar o crescimento na América Latina no cenário pós-Covid. No entanto, o equilíbrio fiscal deve ser buscado. Os gastos extras devem ser financiados por meio de novos impostos, reforma tributária e medidas para melhorar a eficiência do gasto público.

De acordo com o Banco Mundial, 40% dos ajustes fiscais na América Latina foram feitos com base em corte de investimentos. Segundo o órgão, esse tipo de ajuste pode melhorar as contas públicas no curto prazo, mas tem efeitos nocivos no longo prazo.

O relatório mostra que 17% dos gastos públicos poderiam ser cortados em alguns países, decorrentes de transferências mal destinadas, compras ruins e políticas de recursos humanos ineficientes.

REGIÃO

Em relação à América Latina e o Caribe, o Banco Mundial aumentou a previsão de crescimento do PIB de 2,5% para 3%. Para o próximo ano, no entanto, a estimativa foi reduzida de 1,9% para 1,6%. Apesar da melhora nas projeções para o Brasil, o país deverá crescer menor que a maioria dos países da região. Somente México e Chile devem encerrar o ano com crescimento inferior ao brasileiro.

México e Chile são um dos poucos países latinos que devem crescer menos do que o Brasil, com variações de 1,8% neste ano. Para 2023, o Banco Mundial prevê queda de 0,5% no PIB chileno e avanço de 1,5% no PIB mexicano.

BANCO CENTRAL

Emissões de títulos no Brasil equivalem a 135% do PIB

As emissões de títulos no Brasil equivalem a 135% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). Segundo o Banco Central (BC), o volume é expressivo e, apesar da emissão de títulos privados ser crescente, são preponderantes as emissões de títulos públicos. De acordo com as estatísticas divulgadas pelo BC, que integram o Relatório de Economia Bancária, no Brasil, em dezembro de 2021, as emissões de títulos públicos corresponderam a 88% do PIB, enquanto as de títulos privados representaram 47% desse total.

Os títulos de dívida são valores mobiliários emitidos por empresas ou governos com o objetivo de captar recursos para realização de investimentos ou para condução de suas atividades. No âmbito do governo federal, por exemplo, uma das fontes de captação de recursos é o Tesouro Direto, criado em 2002 para popularizar tais aplicações e permitir que pessoas físicas adquirissem títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional.

Amanhã, o BC divulgará a íntegra do Relatório de Economia Bancária de 2021. Assim como hoje, na semana passada, o BC já adiantou alguns boxes de informação, que são trechos com estudos especiais dentro do documento. O mercado de crédito durante a pandemia de covid-19 e as emissões de títulos relacionados à sustentabilidade foram os temas tratados pelo BC nos boxes. Já as estatísticas de títulos da dívida passarão a ser divulgadas trimestralmente no Sistema Gerenciador de Séries Temporais, no item Mercados financeiros e de capitais – Estatísticas de Títulos.

ESTOQUE

Em dezembro do ano passado, o estoque de títulos de dívida emitidos por residentes no país somou R$ 11,7 trilhões (135% do PIB). Desse total, 65% (R$ 7,6 trilhões) foram emitidos pelo governo geral; 29% por sociedades financeiras (R$3,4 trilhões), dos quais 27% por outras sociedades de depósitos e 2% por outras sociedades financeiras e seguradoras; e 6% por sociedades não financeiras (R$ 752 bilhões).

As emissões no mercado doméstico são preponderantes no estoque de títulos, correspondendo a 96% do saldo, em dezembro de 2021. Entre as emissões no mercado internacional, as sociedades não financeiras são as que têm parcela mais significativa de títulos emitidos no exterior (12% de seu estoque), seguidas das sociedades financeiras (5%) e do governo (3%).

De acordo com o BC, em dezembro de 2021, bem como ao longo da série, a maior parte dos títulos tem prazo de emissão superior a dois anos. O setor das sociedades financeiras é o que apresenta maior participação de títulos com vencimentos em prazos menores. "Ao longo da série, observa-se aumento no prazo dos títulos emitidos por sociedades não financeiras (99% do saldo classificado como longo prazo em dezembro de 2021, ante 97% em março de 2018), relativa estabilidade nos prazos das emissões do governo (98% longo prazo comparado a 99%, nas mesmas datas) e redução nos prazos das captações de sociedades financeiras (79% longo prazo em dezembro de 2021, ante 83% em março de 2018)", diz o documento.

A maior parte dos títulos privados (sociedades financeiras e não financeiras) é indexada à variação da taxa básica de juros (Selic). Já no saldo de emissões das sociedades não financeiras, é crescente a participação dos instrumentos indexados à inflação. Para os títulos do governo, a segmentação por indexadores alinha-se à política fiscal e é menos concentrada.

CORRIDA DO OURO

Energia solar cresce, mas frustra quem esperava mais

FERNANDA BRIGATTI/FOLHAPRESS

Um crescimento acima de 50% em pouco mais de seis meses não é exatamente um resultado ruim, mas é considerado frustrante por quem esperava mais do que dobrar o volume de negócios. Para distribuidores e instaladores de equipamentos de energia solar no Brasil, a expectativa era viver, em 2022, uma espécie de corrida do ouro pelos sistemas.

Ao fim do terceiro e penúltimo trimestre do ano, o quadro se desenhando é mais modesto.

Além do que o setor considera ser a grande vantagem do sistema -o uso de fonte gratuita e abundante no Brasil, o sol-, há o calendário: instalações registradas a partir de 7 janeiro de 2023 passarão a pagar uma taxa pelo uso da rede de distribuição.

Para quem já tem um sistema de geração de energia local e para aqueles que fizerem o pedido de acesso até o dia 6 de janeiro de 2023, essa taxa, chamada de Tusd B (tarifa de uso dos sistemas de distribuição), ou fio B, ficará isenta até 2045.

A alta de juros e a elevação do endividamento são vistos como dois fatores que contribuíram para o crescimento abaixo das projeções.

O financiamento dos sistemas de energia solar são considerados fundamentais ao acesso aos sistemas, uma vez que ele tem um custo inicial elevado, entre R$ 16,6 mil e R$ 22 mil, segundo simulações do Portal Solar para um sistema residencial que substitua um gasto mensal de R$ 500 com a conta de luz.

Com juros maiores (a Selic está em 13,75% ao ano), o crédito fica mais caro. Ao mesmo tempo, o aumento do endividamento eleva o risco e reduz as condições de as famílias acessarem as linhas.

Ronaldo Koloszuk, presidente do conselho de administração da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), diz que houve aumento na procura nos últimos 30 a 60 dias, melhorando as expectativas para o encerramento de 2022. "Todo o mercado esperava um ano inteiro muito acelerado e errou neste sentido", diz.

De janeiro a agosto, a média de crescimento mensal, em megawatt, está 57,2% maior do que o mesmo período do ano passado. A potência acumulada está em 12,7 gigawatts. Um ano antes, estava em 7,4 gigawatts, um crescimento de 71%.

A projeção feita pelo setor em janeiro, porém, era acumular 25 gigawatts até dezembro, considerando toda geração solar (a centralizada e a distribuída). Somente na distribuída (que é a dos telhados), a expectativa é chegar a 17 gigawatts.

SELIC E ELEIÇÕES

Rodolfo Meyer, do Portal Solar, acredita que o ano eleitoral também afetou a decisão sobre investimentos. Depois de um primeiro trimestre que indicava aceleração, a guerra da Ucrânia, a antecipação da campanha eleitoral e a elevação da Selic foram freios relevantes.

Por isso, aposta em uma alta de pedidos em novembro e dezembro, com os quadros eleitorais já definidos. "Parece que está esquentando. E claro que 57% de crescimento não é mal."

Na WIN Solar, que distribui equipamentos solares, a diretora Camila Nascimento contabiliza, no primeiro semestre, resultado superior a todo o ano passado. "Infelizmente, pelo aumento da Selic, houve queda no interesse pelo financiamento. Se não tivesse ocorrido isso, teria havido corrida maior."

Enquanto em 2021 os preços dos equipamentos preocupavam o setor, neste ano há estabilidade. Os fretes marítimos, que passavam de US$ 10 mil (cerca de R$ 54 mil) há dois meses, já recuaram para o patamar de US$ 5.000 (cerca de R$ 27 mil).

FENASAÚDE

Planos de saúde vão perseguir fraudes

A FenaSaúde (federação que representa 14 grupos de planos de saúde no país) criou uma gerência nova para elevar a fiscalização e perseguir fraudes praticadas por médicos e usuários. Segundo a entidade, os dribles mais comuns envolvem utilização de carteirinha por terceiros, recibos fracionados e outras fraudes no processo de reembolso, como o recibo em procedimentos não cobertos disfarçados de procedimentos cobertos.

A FenaSaúde também relata problemas com materiais superfaturados, cirurgias e procedimentos desnecessários, além de procedimentos não realizados e adulteração de exames. A iniciativa abrange a formação de grupos de trabalho, reuniões com outras entidades e ações de comunicação e processos judiciais contra fraudadores.

A reação acontece no momento em que o setor diz enfrentar situação financeira dramática, especialmente nas empresas menores, e que deve piorar por causa do projeto de lei, sancionado por Bolsonaro, que obrigada os planos a bancarem tratamentos fora da lista de referência básica da ANS .

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 25º 17º 85% 05:28 17:55 **PRIMAVERA:** Nublado chuva de manhã. À noite pode garoar.

ELEIÇÕES

Lula minimiza apoio de Rodrigo a Bolsonaro em SP

CATIA SEABRA E VICTORIA AZEVEDO/FOLHAPRESS

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) minimizou o efeito eleitoral do apoio do governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), ao presidente Jair Bolsonaro (PL) e disse contar com adesão de senadores do PSD à sua candidatura.

"Eu nunca tive relação com o atual governador de São Paulo. Não sei se ele já decidiu apoiar o meu adversário", disse Lula ontem, sendo interrompido por uma jornalista que informou a confirmação do endosso do tucano ao atual mandatário.

O petista continuou: "Se ele resolveu apoiar o Bolsonaro, é uma decisão livre e soberana dele. Nós vamos ganhar do Bolsonaro, com o apoio dele (Rodrigo), aqui em São Paulo. Tenho certeza de que eu vou ganhar as eleições em São Paulo".

Na tarde de ontem, Rodrigo declarou seu apoio incondicional a Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, e a Bolsonaro na corrida pela Presidência da República.

Já o PSDB decidiu, após reunião de sua executiva nacional, não se posicionar a favor de Bolsonaro ou de Lula e liberou os filiados para apoiarem quem quiserem no segundo turno da eleição.

Lula disse à imprensa que irá se reunir amanhã com senadores do PSD que irão declarar apoio à sua candidatura, apesar de o presidente da legenda, Gilberto Kassab, apoiar Tarcísio na disputa pelo Palácio dos Bandeirantes.

Segundo a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, o encontro está sendo articulado pelos senadores da legenda Otto Alencar e Carlos Fávaro.

O ex-presidente Lula se reuniu com o Frei Davi, coordenador da Educafro, e frades franciscanos ontem, Dia de São Francisco de Assis, no escritório político de sua campanha, em São Paulo.

O encontro com os frades é uma resposta à proliferação de vídeos e mensagens que circulam nas redes sociais associando o ex-presidente Lula ao satanismo.

O perfil do petista no Instagram chegou a compartilhar flyer dizendo que "Lula sempre acreditou em Deus e é cristão" e que ele "não tem pacto nem jamais conversou com o diabo".

Lula recebeu bênção dos frades e ganhou de presente uma imagem de São Francisco de Assis e outra de São Benedito. A socióloga Rosângela da Silva, a Janja, esposa do petista, levou os dois cachorros do casal para também receberem as bênçãos dos religiosos.

Na tentativa de ampliar o arco de alianças em torno de sua candidatura, Lula deverá se encontrar com a senadora Simone Tebet (MDB), terceira colocada no primeiro turno, hoje.

Há uma expectativa que ela apoie o petista. O próprio Lula afirmou à imprensa que conversou com Tebet, sem entrar em detalhes.

Vice na chapa de Lula, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) destacou a manifestação de apoio de aliados da senadora Simone Tebet.

Ele citou o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e o senador tucano Tasso Jereissati, além do presidente do Cidadania, Roberto Freire. Ele lembrou que Armínio foi um dos principais coordenadores da campanha de Simone Tebet. E disse que outros economistas deverão apoiar o petista.

"Super-importante a posição do PDT, fechada, de apoio ao presidente Lula e também do meu conterrâneo. Quem é meu conterrâneo? Ciro Gomes", disse Alckmin, lembrando que ambos nasceram em Pindamonhangaba, no mesmo hospital, inclusive.

PDT anuncia apoio a Lula no segundo turno das eleições

Daniel Mello/ABrasil

O PDT anunciou ontem apoio ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições presidenciais. Segundo o presidente do partido, Carlos Lupi, a decisão da direção nacional e de parlamentares do partido foi unânime.

De acordo com Lupi, o programa de Lula tem mais afinidade com as ideias do PDT do que o do oponente, Jair Bolsonaro, do PL. "Apoiar o mais próximo da gente, que é a candidatura do Lula, que eu chamo de candidatura do 12 mais 1", disse ao brincar com os números das duas siglas, o 12 pedetista e o 13, do PT.

O PDT solicitou que a candidatura de Lula inclua no programa de governo três propostas: a renda mínima, a renegociação das dívidas de pequenas empresas e a revogação de leis trabalhistas que prejudiquem o trabalhador brasileiro.

O candidato do partido à Presidência, Ciro Gomes, que ficou em quarto lugar no primeiro turno das eleições, também gravou um vídeo endossando o apoio a Lula, apesar de manter postura crítica ao candidato.

"Lamento que a trilha democrática tenha se afunilado a tal ponto que reste para os brasileiros duas opções, a meu ver, insatisfatórias", disse. Ele também afirmou que não aceitará cargos em um eventual governo do PT.

Ciro teve pouco mais de 3% dos votos entre os eleitores que compareceram às urnas no último domingo, totalizando o apoio de 3,6 milhões de pessoas.

JUSTIÇA

Vara criminal que julga caso Flordelis muda promotor

AKEMI NITAHARA/ABRASIL

Com a transferência do promotor de justiça Carlos Gustavo Coelho de Andrade da 3ª Vara Criminal de Niterói para a 28ª Vara Criminal da capital, o caso Flordelis passou para o promotor Décio Viégas de Oliveira. A ex-deputada federal e pastora evangélica é acusada de envolvimento na morte do marido, Anderson do Carmo, assassinado a tiros no dia 16 de junho de 2019, na residência da família, em Pendotiba, Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro.

De acordo com o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), a movimentação de Andrade foi feita a pedido, seguindo o critério de antiguidade, e publicada no Diário Oficial de 26 de agosto. Segundo o MPRJ, responsável pela acusação nos processos criminais, o caso Flordelis não será afetado pela mudança, e a data de 12 de dezembro para a sessão de julgamento está mantida.

Segundo o Ministério Público, a remoção do promotor de justiça Carlos Gustavo Coelho de Andrade não levará ao adiamento do julgamento, marcado para 12 de dezembro. O novo promotor para a 3ª Vara Criminal de Niterói foi designado em ato da Procuradoria Geral da Justiça, publicado em 26 de setembro.

A vacância da acusação foi citada pela juíza responsável, Nearis dos Santos Carvalho Arce, em resposta dada na semana passada a um pedido da representação da irmã da vítima para antecipar a sessão de julgamento. Porém, segundo a juíza, não há data disponível antes.

"Trata-se de processo volumoso e complexo, devendo ser considerada, portanto, a recente vacância da titularidade do órgão do Ministério Público junto a esta 3ª Vara Criminal, de modo que o novo titular ou promotor designado deve ter oportunidade de tomar pleno conhecimento dos autos para a realização de futura sessão plenária. Nesse sentido foi expedido ofício à PGJ/MP para a adoção das necessárias providências diante da data já designada", acrescentou.

A juíza citou também as partidas semifinais da Copa do Mundo de Futebol, marcadas para os dias 13 e 14 de dezembro, das quais poderá participar a seleção brasileira e disse que isso poderia inviabilizar a realização da sessão, já que o julgamento pode durar mais de um dia.

JULGAMENTO

O julgamento de Flordelis e de mais quatro acusados, marcado inicialmente para o dia 9 de maio deste ano, foi adiado duas vezes. O primeiro adiamento ocorreu para possibilitar a juntada de laudos solicitados pela defesa e o segundo, sob a alegação da defesa de falta de tempo hábil para analisar os laudos.

Além de Flordelis, ainda serão julgados pela morte do pastor Anderson do Carmo a filha da ex-deputada, Marzy Teixeira da Silva, a neta Rayane dos Santos Oliveira e os filhos afetivos André Luiz de Oliveira e Simone dos Santos Rodrigues.

A Justiça já condenou outros envolvidos no caso. Na sessão de julgamento que começou no dia 12 de abril e terminou na manhã seguinte, o Tribunal do Júri de Niterói condenou quatro réus, incluindo o filho biológico de Flordelis, Adriano dos Santos Rodrigues, por uso de documento ideologicamente falso e associação criminosa armada.

Em novembro, o Tribunal do Júri de Niterói condenou outro filho biológico da ex-deputada, Flávio dos Santos Rodrigues, e o filho adotivo Lucas Cezar dos Santos de Souza. Flávio foi denunciado como autor dos disparos que mataram o pastor Anderson e Lucas como e responsável pela compra da arma do crime.

FAKE NEWS

TSE manda apagar publicações que ligam Lula à perseguição de cristãos

MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mandou remover 31 publicações feitas no Twitter e no Facebook que ligam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à perseguição de cristãos na Nicarágua.

Entre os links que devem ser removidos estão posts do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), de aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do jornal Gazeta do Povo.

A coligação de Lula acionou o TSE sob argumento de que os conteúdos são "manifestamente inverídicos" e "buscam associar que o candidato Lula apoiaria veementemente um regime autoritário (de Daniel Ortega) e que persegue cristãos".

A ministra Cármen Lúcia já havia determinado a derrubada de publicações que ligavam Lula aos crimes contra religiosos na Nicarágua.

A nova decisão do TSE ocorre na largada da campanha do segundo turno das eleições.

Nos últimos dias, aliados de Bolsonaro fizeram publicações tentando associar Lula ao satanismo. Já a equipe do petista avalia usar na campanha vídeo em que Bolsonaro aparece discursando em uma loja da Maçonaria.

Sanseverino afirmou na decisão que as publicações têm "informação manifestamente inverídicas" e foram "divulgadas no período crítico do processo eleitoral, em perfil com alto número de seguidores, de forma a gerar elevado número de visualizações".

"O que possibilita, em tese, a ocorrência de repercussão negativa de difícil reparação na imagem do partido político e do candidato atingidos pela desinformação", escreveu ainda o ministro.

Uma publicação do jornal Gazeta do Povo também deve ser removida. Feita no Twitter, afirma que "Ditadura apoiada por Lula tira sinal da CNN do ar" e leva a uma matéria no site do jornal sobre o tema.

Há ainda cinco posts de Flávio Bolsonaro atingidos pela decisão. O mais recente, de 30 de setembro, diz: "O ex-presidiário odeia os cristãos... se ele voltar, já sabe o que vai acontecer com padres, pastores, freiras e todos que acreditam em Deus, né?!".

As publicações devem ser apagadas pelo Twitter e Facebook em até 24 horas, sob pena de R$ 10 mil em caso de descumprimento.

ROUBOS

Homem-Aranha escala prédios na Zona Norte

TATIANA CAMPBELL/UOL/FOLHAPRESS

Moradores dos bairros de Vila Isabel, Tijuca e Andaraí, todos na zona norte do Rio de Janeiro, estão apavorados com a onda de assaltos que vem acontecendo há meses na região. O suspeito, no entanto, traçou um modus operandi diferente: escalando os prédios para invadir apartamentos e levar os pertences das vítimas, o que o fez ser apelidado de "Homem-Aranha do crime" pela polícia.

Os casos foram registrados na 20ª DP (Vila Isabel). Quem vive na região diz que as varandas, que eram uma área de conforto nos apartamentos, acabaram se tornando um local de preocupação.

"Ele entrou em dois apartamentos aqui do prédio, que tem 15 andares. Levou computadores, joias, roupas, o que ele viu na frente foi pegando. Tivemos que pedir aos moradores que trancassem as varandas para evitar que ele entre nos apartamentos", disse Neilson Campos Souza, 71, síndico de um prédio da rua Teodoro da Silva, em Vila Isabel.

O condomínio foi alvo do "Homem-Aranha do crime" na última semana, com assaltos ocorrendo por volta das 4h da madrugada. "Ele foi escalando pelas varandas e entrando nos dois apartamentos. Eu tenho muito medo, minha vontade é sair daqui", desabafou uma moradora vítima dos assaltos, que pediu para não ser identificada.

20 ROUBOS

Segundo os moradores da região, pelo menos 20 imóveis já foram invadidos nos últimos meses. Apesar disso, de acordo com a Polícia Civil na distrital há apenas seis registros de ocorrências.

"Agora vamos reforçar ainda mais a segurança colocando câmeras em todos os cantos. Ele ainda entrou por um ponto cego. Vamos instalar cercas e deixar as luzes acesas para ver se assim ele evita entrar no prédio", afirmou Neilson Souza.

VARANDA

Perto desse condomínio, outro prédio também foi alvo do assaltante. Na rua Souza Franco quatro apartamentos foram invadidos em apenas uma semana.

"Eu moro aqui há mais de 30 anos e nunca tinha visto isso. Eu moro no 11º andar, nunca na vida imaginei ser roubada dentro de casa. Como vou imaginar que alguém vai escalar o prédio?", disse uma engenheira, que pediu para não ser identificada.

Tive que gradear minha varanda. Eu adorava deixar a porta de correr aberta, ir na varanda, tomar um ar, descansar, agora a varanda virou um terror pra mim. Qualquer barulho, já fico com medo.

CACIQUE MOURÃO

Bancada indígena cresce puxada por ativismo e terá aliados de Bolsonaro

JOÃO GABRIEL E ANGELA BOLDRINI/FOLHAPRESS

Após uma mobilização inédita nas eleições de 2022, os indígenas aumentaram de 1 para 7 o número de parlamentares no Congresso. Entre os eleitos há candidaturas impulsionadas por entidades como Apib (Articulação dos Povos Indígenas) e nomes conservadores ligados ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

Por outro lado, a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), primeira mulher indígena a se eleger para o Congresso e única representante na legislatura atual, recebeu 11 mil votos e não conseguiu se reeleger.

Em todo o país, as eleições registraram aumento no número de candidaturas autodeclaradas de indígenas em relação ao pleito de 2018. De acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), elas passaram de 133 para 186, crescimento de 40%. Em 2014, eram 85. As mulheres indígenas, que compõem a maioria entre os eleitos, tiveram crescimento ainda maior no número de candidaturas: de 49 em 2018 para 82 neste ano.

No campo progressista, os movimentos indígenas elegeram Sonia Guajajara (PSOL-SP), coordenadora da Apib, e Célia Xakriabá (PSOL-MG). Ambas venceram com agenda antibolsonarista, que inclui o combate ao garimpo ilegal, a preservação da cultura dos indígenas e do ambiente e a contenção de projetos como a regulamentação da exploração do solo em terras indígenas e a tese do marco temporal, que considera territórios indígenas apenas os ocupados na promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

O PT terá em 2023 mais três parlamentares que se afirmam indígenas: Wellington Dias (PI), no Senado, e Paulo Guedes (MG) e Juliana Cardoso (SP) na Câmara. Ao mesmo tempo, o bolsonarismo elegeu dois nomes autodeclarados indígenas para o Congresso: Silvia Waiãpi (PL), para a Câmara pelo Amapá, e o atual vice-presidente, Hamilton Mourão (Republicanos), que será senador pelo Rio Grande do Sul.

Em 2018, movimentos indígenas já haviam questionado a autodeclaração de cor de Mourão. Em 2022, ele inicialmente se identificou como branco, depois atribuiu o dado a um erro de preenchimento no site do TSE e alterou a declaração para indígena, o que gerou críticas, como as de Xakriabá, para quem a inclusão de Mourão entre o grupo é um erro, já que, segundo ela, o vice não atua em prol dessa parcela.

"É uma questão antropológica. Quando o indígena se reconhece e é reconhecido pelo coletivo, a primeira coisa que faz é assumir a luta indígena. E não basta apenas estar comprometido, tem que entender a emergência dessa luta pela defesa do território e da vida indígena", afirmou a parlamentar eleita.

Já Waiãpi, que se tornou uma notória apoiadora de Bolsonaro durante a campanha de 2018, é próxima da senadora eleita Damares Alves (Republicanos) e chegou a chefiar a Sesai (Secretaria de Saúde Indígena).

Neste ano, no entanto, ela chegou a entrar com uma ação no TSE contra o próprio partido, acusando o PL de discriminação por ela ser "negra, indígena e bolsonarista".

Mundo

UCRÂNIA

Rússia mobiliza 200 mil e divulga treinamento para guerra nuclear

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

O Ministério da Defesa da Rússia disse ontem que já alistou 200 mil dos 300 mil reservistas que pretende usar na Guerra da Ucrânia em uma contestada mobilização e passou a divulgar ostensivamente que eles estão sendo treinados para lutar num ambiente de guerra nuclear, química ou biológica.

"O pessoal das unidades formadas (desde 21 de setembro) está sendo treinado em 80 campos e seis centros", afirmou o ministro Serguei Choigu em um evento em Moscou. Nele, foram repassados números de destruição de equipamento ucraniano, mas não foi dita uma palavra sobre as contraofensivas de Kiev no leste e no sul do país invadido em fevereiro.

A perda das áreas ocupadas em Kharkiv (nordeste), de um bastião russo em Donetsk (leste) e o rompimento das defesas num ponto de Kherson (sul) têm preocupado a linha dura do governo Vladimir Putin, que passou a fazer críticas públicas à condução da guerra e sugerir o uso de armas nucleares táticas, de menor potência, para deter Kiev.

Militarmente, não parece fazer muito sentido, mas é uma carta que o Kremlin tem usado com frequência desde o começo do conflito. Ao decretar a anexação de quatro áreas ucranianas em que não tem controle total, Putin elevou a aposta, dizendo que elas seriam defendidas com "todos os meios possíveis" -e isso inclui o maior arsenal atômico do mundo.

Com efeito, de domingo passado o Ministério da Defesa passou a postar no seu canal no Telegram imagens e relatos de treinamento de recrutas, incluindo como lidar com terreno contaminado por armas nucleares, químicas ou biológicas. É rotina, claro, em especial em um país com as capacidades que a Rússia tem, mas a visibilidade ao tema não é casual.

A Alemanha, rival histórica da Rússia que passou a ser sua parceira energética nos anos que precederam a guerra, disse nesta terça que as ameaças nucleares de Putin podem ser para valer. "Não é a primeira vez que ele recorre a tais ameaças, que são irresponsáveis, e nós devemos levá-las a sério", disse a ministra das Relações Exteriores Annalena Baerbock.

"Mas isso é também uma forma de nos chantagear", acrescentou, dando nome ao que está na mesa. Baerbock sabe que a população europeia, particularmente a alemã, antevê um inverno de dificuldades sem gás russo para aquecer os lares e mover a indústria, e que o temor de um conflito nuclear ainda é presente nas gerações que viveram a Guerra Fria.

No cálculo do Kremlin, presumido obviamente, a ameaça pode desestimular o apoio europeu, já bem menos coeso e volumoso do que o americano, a Kiev. Nesta terça, Joe Biden anunciou a Zelenski em telefonema um novo pacote de ajuda de US$ 625 milhões, incluindo lançadores Himars.

O Pentágono, por sua vez, fez vazar a repórteres a avaliação de que nada indica que Putin esteja prestes a mobilizar suas forças nucleares. Isso é possível devido ao monitoramento de movimentos em bases por satélites e a informação colhida por espiões.

Mas o emprego de uma arma tática traz complicadores, como o fato de que algumas são muito pequenas, facilmente transportáveis. Enquanto isso, a especulação em torno do tema só aumenta, dando uma vitória ao Kremlin.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2022

A Pregoeira Débora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 49/2022 no dia 18/10/2022 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar (Reservatórios, Coletores, etc), (ABSORVENTE HIGIÊNICO GINECOLÓGICO, NÃO TECIDO, CAMADA INTERNA DE ALTA ABSORÇÃO, HIPOALERGÊNICO, TAMANHO APROXIMADO DE 260 MM COMPRIMENTO; ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM MANTAS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. PACOTE 500G; ATADURA MATERIAL ALGODÃO, HIPOALERGÊNICA, QUANTIDADE MÍNIMA DE FIOS 13, LARGURA 20 CM COMPRIMENTO 450 CM, COM VARIAÇÃO POSSÍVEL DE 1 CM PARA MAIS OU PARA MENO e etc). Processo nº. 33409.009807/2021-15. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

EDITAL DE CITAÇÃO
Com o prazo de 20(vinte) dias

O MM Juiz de Direito, Dr. Felipe Pinelli Pedalino Costa - Juiz Titular do Cartório da 2ª Vara Cível da Regional da Leopoldina, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de 20(vinte) dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Rua Filomena Nunes, 1071 5º AND CEP: 21021-380 - Olaria - Rio de Janeiro - RJ e-mail: leo02vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória / Propriedade, de nº 0035063-14.2015.8.19.0210, movida por MARCELO RODRIGUES DE SOUZA em face de AMEIDE ALVES DE SOUZA; ELISABETH RODRIGUES DE SOUZA; MARILU MELLO COSTA; ESPÓLIO DE MARILENE MELLO MARQUES; ESPÓLIO DE PAULO JOSÉ DE CARVALHO MELLO, objetivando CITAÇÃO. Assim, pelo presente edital CITA o réu AMEIDE ALVES DE SOUZA; ELISABETH RODRIGUES DE SOUZA; MARILU MELLO COSTA; ESPÓLIO DE MARILENE MELLO MARQUES; ESPÓLIO DE PAULO JOSÉ DE CARVALHO MELLO, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de 15(quinze) dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC), caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. Eu, KFS, TAJ, Matr. 01/27861, digitei. E eu, NSE, Chefe de Serventia - Matr. 01/27736, o subscrevo.

CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME Nº 42.471.899/0001-70 - NIRE 33.3.0033890-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14/09/2022: 1 DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 14/09/2022, às 15:30h, na sede social da **CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A**., localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, Município do RJ, Estado do RJ, CEP 20030-095 ("Companhia"). **2 CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: As formalidades de convocação foram dispensadas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**LSA**"), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, **Cymi Construções e Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1.701 (parte), 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, Município do RJ, Estado do RJ, CEP 20030-021, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 07.003.107/0001-32. **3 MESA**: Presidente: Sr. **Germán Sánchez González**; e Secretário: Sr. **Leandro da Silva Reis**. **4 ORDEM DO DIA**: Apreciar e deliberar sobre: **(i)** o aumento do capital social da Companhia, bem como, a alteração do artigo 5° do Estatuto Social; **(ii)** a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** a autorização para que os membros da Diretoria pratiquem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. **5 DELIBERAÇÕES**: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia deliberou, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: 5.1 Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 3.000.000,00, passando o mesmo **de** R$ 46.999.200,00 **para** R$ 49.999.200,00 , mediante a emissão de 3.000.000 (três milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 cada, em observância ao critério estabelecido no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações. A acionista da Companhia subscreve as correspondentes ações ordinárias e as integralizarão de acordo com o Boletim de Subscrição anexo à presente (Anexo II). 5.1.1 Em decorrência da deliberação constante do item 5.1 acima, aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar conforme a seguinte nova redação: *"**Artigo 5º** – O capital social subscrito da Companhia é de R$ 49.999.200,00, representado por 49.999.200 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional. **§ Primeiro** – Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular 1 voto nas Assembleias Gerais. **§ Segundo** – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia."* 5.2 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletindo a deliberação aprovada acima, que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata. 5.3 Por fim, autorizar expressamente os membros da Diretoria da Companhia a praticarem todos os atos e adotar todas as medidas necessárias para o cumprimento da deliberação aprovada na presente assembleia geral, de acordo com a lei aplicável, inclusive, mas não a tanto se limitando, levar esta Ata a registro na junta comercial competente e publicá-la nos órgãos e veículos de divulgação competentes. **6 LAVRATURA:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, §1º da LSA, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §2º da LSA. **7 ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia geral extraordinária, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada em livro por todos os presentes. Presentes: (i) Mesa: **Germán Sánchez González** – Presidente da Mesa; **Leandro da Silva Reis** – Secretário da Mesa; e (ii) Acionista: **Cymi Construções e Participações S.A.** (p. Germán Sánchez González e Leandro da Silva Reis) – Acionista. A presente ata é cópia fiel da ata original transcrita no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. RJ, 14/09/2022. Mesa: **Germán Sánchez González -** Presidente; **Leandro da Silva Reis -** Secretário. **Acionista: Cymi Construções e Participações S.A.** Germán Sánchez González / Leandro da Silva Reis.

ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO: Artigo 1º – A companhia tem a denominação de **CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") e é uma sociedade anônima, de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, especialmente da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"). **Artigo 2º** – A Companhia tem sede e foro na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1.703 (parte) e 1.704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-095, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, mediante deliberação dos Diretores. **Artigo 3º** – A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL: Artigo 4º** – A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades: (a) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"), que operam no setor de energia elétrica; (b) a implantação e exploração de empreendimentos de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, manutenção e instalação de estações e redes de distribuição de energia elétrica; (c) o desenvolvimento, estruturação, implantação e operação de negócios no setor de água e esgotamento sanitário; (d) as atividades de gestão, operação, manutenção e ampliação de sistemas (d.i) de abastecimento de água em sistemas públicos ou privados, incluindo a captação e o transporte de água bruta, a produção, bombeamento, adução, reservação, macro e micro distribuição e todo o respectivo controle de qualidade de água potável e industrial, incluindo o serviço público que abrange as atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água, desde a captação até as ligações prediais e os seus instrumentos de medição, (d.ii) de esgotamento sanitário em sistemas públicos ou privados, incluindo a coleta, o transporte, a elevação, a interceptação, o tratamento, a devolução ao meio natural, e todo o respectivo controle de qualidade de águas residuais, esgotos e efluentes industriais, incluindo o serviço público que abrange as atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, (d.iii) de recursos hídricos, irrigação e bacias hidrográficas, incluindo o monitoramento e controle de qualidade das águas, (d.iv) de macro e micro drenagem, e (d.v) de tratamento e disposição final de lodos e resíduos resultantes das operações; (e) o desenvolvimento de todas as atividades necessárias a sua plena atuação na área de saneamento básico e ambiental, incluindo os serviços auxiliares, complementares e correlatos; e (f) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades que exerçam as atividades indicadas nos itens (c), (d) e/ou (e) acima. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º** – O capital social subscrito da Companhia é de R$ 49.999.200,00, representado por 49.999.200 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional. **Parágrafo Primeiro** – Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular 1 voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo** – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIAS GERAIS: Artigo 6º** – As Assembleias Gerais de Acionistas serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias, sempre que os interesses sociais exigirem. **Artigo 7º** – As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer um dos Diretores, ou, ainda, por acionista, nos termos da Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro** – A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 dias úteis, em 1ª convocação, e de 5 dias úteis, em 2ª convocação. **Parágrafo Segundo** – As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante, em 1ª convocação, e com qualquer número de acionistas em 2ª convocação, e serão presididas alternadamente por representante de cada um dos acionistas, o qual escolherá o secretário. **Artigo 8º** – Compete privativamente à Assembleia Geral: (i) a modificação do objeto social da Companhia; (ii) o aumento do capital social da Companhia; (iii) a redução do capital social da Companhia; (iv) a emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior, primária ou secundária, de quaisquer ações, debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários (conversíveis ou não) pela Companhia, caso aplicável, ou a oferta primária ou secundária de quaisquer títulos da Companhia, caso aplicável, em bolsa de valores ou outro sistema equivalente, no Brasil ou no exterior; (v) a criação de qualquer classe de ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, bem como a conversão de ações em qualquer outra classe ou espécie, ressalvada a emissão de ações ordinárias ou preferenciais dentro do limite do capital autorizado; (vi) a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou criação de nova classe mais favorecida; (vii) o pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (viii) alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos pela Companhia, sem prejuízo do disposto no Artigo 18º, §1º; (ix) qualquer distribuição de juros sobre capital próprio pela Companhia; (x) a criação de qualquer reserva estatutária, reserva para contingências, reserva de capital ou reserva de lucros a realizar da Companhia, caso aplicável, assim como qualquer retenção de lucros ou a aprovação de um orçamento de capital, ressalvados o disposto nos Orçamentos Anual e Plurianual; (xi) qualquer incorporação (incluindo incorporação de parcela cindida do capital de outra sociedade), incorporação de ações, fusão, cisão, transformação, reorganização ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia, assim como qualquer desdobramento, grupamento, cancelamento, compra de ações para manutenção em tesouraria ou resgate de ações de emissão da Companhia; (xii) a dissolução ou liquidação da Companhia ou a cessação de seu estado de liquidação, incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; (xiii) a fixação ou a alteração de quaisquer remunerações, bônus e/ou benefícios a serem pagos, a qualquer título, aos administradores ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, observados os parâmetros definidos no Orçamento Plurianual; (xiv) a outorga de opção de compra de ações (ou modificação nas opções já outorgadas) aos administradores, aos empregados ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, ou a qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, organizado de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, que preste serviços à Companhia, acima dos valores previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual; (xv) a aprovação de reformas e modificações ao Estatuto Social da Companhia; e (xvi) participação da Companhia em qualquer grupo de sociedades (conforme artigo 265 da Lei das S.A.). **Parágrafo Único** – Os quóruns de aprovação referentes às matérias previstas nas alíneas do *caput* desse Artigo 8º observarão o disposto na legislação aplicável e em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **CAPÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA: Artigo 9º** – A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Artigo 10º** – A Diretoria será constituída por 3 membros, residentes e domiciliados no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Primeiro** – Os Diretores terão as atribuições estabelecidas nos parágrafos abaixo, no Artigo 12º e outras que venham a ser determinadas pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** – Os membros da Diretoria não possuem designações específicas. **Parágrafo Terceiro** – Os Diretores, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, serão responsáveis pela implementação, monitoramento e controle das políticas, diretivas e atividades financeiras, contábeis e administrativas da Companhia, tendo autonomia integral no desenvolvimento e execução de suas atividades. No exercício de suas atividades, os Diretores serão responsáveis pela coordenação e supervisão das Gerências Financeira, de Controle, de Contabilidade, de Recursos Humanos, Administrativa e de Tecnologia da Informação, as quais terão suas atribuições específicas definidas pelos Diretores. **Parágrafo Quarto** – Caberá ainda aos Diretores elaborar e apresentar aos comitês competentes, estatutários ou não, o quadro de acompanhamento dos efetivos desembolsos ocorridos para a implantação de empreendimentos, referentes aos 3 meses anteriores, contendo os pagamentos mensais referentes à construção de empreendimentos, devidamente deflacionados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado para a data base referenciada em 1º de maio de 2014, bem como a documentação de suporte dos desembolsos realizados. **Parágrafo Quinto** – Ainda, os Diretores, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, serão responsáveis por todas as questões técnicas relacionadas diretamente à implantação de empreendimentos da Companhia, ao EPC, aos subcontratos de empresas construtoras, à contratação e pagamento de fornecedores, à operação e manutenção de empreendimentos e ao encaminhamento de informações técnicas, dentre as quais as medições mensais e documentos de acompanhamento elaborados no âmbito do EPC, aos comitês competentes, estatutários ou não. Caberá ainda aos Diretores requerer às construtoras contratadas a aquisição dos materiais e/ou equipamentos a serem adquiridos pela Companhia. **Parágrafo Sexto** – Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. **Parágrafo Sétimo** – Terminado o prazo do mandato, os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus sucessores. **Artigo 11º** – Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, será convocada reunião da Assembleia Geral, no prazo 10 (dez) dias úteis, contado da verificação da vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato. **Artigo 12º** – Ressalvados os atos para os quais a competência seja, por lei, pelo presente Estatuto Social ou por acordo de acionistas, atribuída à Assembleia Geral, compete à Diretoria: (i) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada à Assembleia Geral; (ii) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter à Assembleia Geral, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras; (iv) exceto pelos investimentos ou desinvestimentos em mercado financeiro e de capitais de competência da Assembleia Geral, autorizar a realização de qualquer pagamento ou desembolso, a assunção de qualquer obrigação ou compromisso, bem como a celebração de qualquer contrato ou acordo, (a) em valor inferior a R$ 500.000,00 em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses, por parte da Companhia, ou (b) conforme já aprovados no Orçamento Anual; (v) elaborar e submeter à Assembleia Geral as solicitações de aumento de capital; (vi) postergar o prazo de pagamento de quaisquer recebíveis ou liquidação de obrigações, da Companhia, de qualquer valor, conforme previsto no Orçamento Plurianual; (vii) apresentar ao Comitês de Gestão as demonstrações financeiras trimestrais em até 10 dias após sua elaboração; (viii) abrir ou fechar filiais e/ou qualquer outro tipo de estabelecimento, seja de natureza comercial, industrial, administrativa ou outra, da Companhia; (ix) efetuar qualquer contratação e demissão de empregados e alterações nos termos e condições dos seus respectivos contratos de trabalho, níveis salariais, forma de remuneração e benefícios concedidos, desde que estejam dentro do limite do Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento; (x) constituir procuradores *ad negocia* e *ad judicia*; (xi) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; (xii) submeter aos membros do Comitê de Gestão todo e qualquer documento e/ou informação requerida; (xiii) cumprir o Orçamento Anual, sendo admitidos acréscimos de até 25% , desde que o Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento não seja de qualquer forma excedido; e (xiv) cumprir, a qualquer tempo, as Políticas Anticorrupção da Companhia. **Artigo 13º** – Ressalvado o disposto no parágrafo único, a Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: (a) pela assinatura de 2 Diretores em conjunto; (b) pela assinatura de 1 Diretor agindo em conjunto com 1 procurador; ou (c) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto. **Parágrafo Único** – As procurações da Companhia serão outorgadas por 2 Diretores em conjunto, especificando os poderes outorgados, sendo vedada a outorga de poderes amplos de administração ou com prazo superior a 1 ano, ressalvadas, nesta última hipótese, as procurações outorgadas (i) no âmbito do processo de financiamento de longo prazo da Companhia e (ii) a advogados para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, as quais poderão ser outorgados por prazo indeterminado, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto Social. **Artigo 14º** – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia que a envolverem em obrigações estranhas ao seu objeto social, salvo quando previamente autorizados pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL: Artigo 15º** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente. **Parágrafo Primeiro** – Caso venha a ser instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento, para um mandato que durará até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Segundo** – Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **Artigo 16º** – Em caso de vacância no Conselho Fiscal, será convocada Assembleia Geral, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da verificação da vacância, para eleição do substituto e respectivo suplente, para complementar o restante do mandato. **Parágrafo Único** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS: Artigo 17º** – O exercício social terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 18º** – Ao fim de cada exercício, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, observada a legislação então vigente e as submeterá à Assembleia Geral juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Parágrafo Primeiro** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da Assembleia Geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros. **Parágrafo Segundo** – A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19º** – Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções legais, serão aplicados: (i) 5% na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social; e (ii) Os dividendos obrigatórios serão de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver. **Parágrafo Segundo** – Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, reverterão em favor da Companhia, na forma da lei, sendo convertidos em reserva de capital. **Parágrafo Terceiro** – Eventual saldo do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, da declaração do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo anterior, deduzido ainda do valor destinado pela Assembleia Geral para outras reservas de lucros cuja constituição se faça necessária, poderá ser destinado à "Reserva de Dividendos Complementares". **CAPÍTULO VIII - LIQUIDAÇÃO: Artigo 20º** – A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral nomear o liquidante e determinar a forma de liquidação, devendo o Conselho Fiscal funcionar durante todo o período da liquidação. **CAPÍTULO IX - ARBITRAGEM: Artigo 21º** – Qualquer controvérsia oriunda do presente Estatuto Social, que não seja resolvida amigavelmente ("Disputa"), com exceção das controvérsias referentes a obrigações de pagar que comportem, desde logo, processo de execução judicial e aquelas que possam exigir, desde já, execução específica serão resolvidos por arbitragem, de acordo com o previsto na Lei de Arbitragem (Lei n.º 9.307 de 23 de setembro 96 e alterações posteriores), mediante as condições que se seguem: (a) toda e qualquer controvérsia resultante e/ou relativa à interpretação deste Estatuto Social, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade ou término contratual, deve ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), em vigência no momento do início da arbitragem. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão à CCI. Caso o Regulamento de Arbitragem contenha qualquer omissão, as disposições processuais da Lei de Arbitragem e do Código de Processo Civil serão aplicáveis, nesta ordem. (b) A sede da arbitragem será na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde será proferida a sentença arbitral. A arbitragem será regida pelas leis da República Federativa do Brasil e será uma arbitragem de direito, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. Os acionistas e a Companhia concordam em envidar seus melhores esforços para alcançar solução rápida, econômica e justa a qualquer conflito submetido à arbitragem. A língua oficial da arbitragem será o Português. (c) O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será constituído por 3 árbitros, cabendo ao(s) autor(es) do pedido arbitral conjuntamente, de um lado, a indicação de um árbitro, por outro lado, caberá(ao) ao(s) réu(s), conjuntamente, a indicação de outro árbitro. Os árbitros indicados, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Caso o(s) autor(es) e/ou o(s) réu(s) deixe(m) de indicar árbitro e/ou os 2 árbitros indicados pelos mesmos deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da CCI indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento de Arbitragem. (d) Durante o procedimento, cada parte envolvida no conflito será responsável por seus próprios custos de arbitragem, incluindo honorários advocatícios. Os honorários dos árbitros e demais despesas com a arbitragem deverão ser rateados entre as partes envolvidas no conflito em proporções iguais. (e) A parte sobre a qual for imposta a decisão desfavorável deverá pagar os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a CCI, se de outro modo não for estabelecido na decisão arbitral. As partes arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados, sem prejuízo dos ônus da sucumbência, fixados pelo Tribunal Arbitral. (f) Cada parte e a Companhia permanecem com o direito de propor no juízo comum competente as medidas judiciais que visem à obtenção de provimentos cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais, fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. (g) O cumprimento da sentença far-se-á na comarca em que se processou a arbitragem (Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro), sendo lícito ao exequente optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo atual domicílio do executado. Cada parte envidará seus melhores esforços para assegurar a conclusão célere e eficiente do procedimento arbitral. (h) O laudo arbitral será definitivo e vinculará as partes. As partes concordam em não submeter qualquer conflito a procedimento judicial ou arbitral diferente do previsto no presente Estatuto Social. **CAPÍTULO X - ACORDO DE ACIONISTAS: Artigo 22º** – A Companhia observará fielmente qualquer Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, sendo ineficazes em relação à Companhia quaisquer deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria que contrariarem seus termos. **Parágrafo Primeiro** – O Presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido com infração a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo Segundo** – A Companhia não registrará nos livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de quaisquer ações em violação a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS: Artigo 23º** – Os valores em reais previstos neste Estatuto Social serão atualizados anualmente, a partir da data de constituição da Companhia, de acordo com a variação do IPCA, independentemente de alteração estatutária. Extinguindo-se o índice referido neste artigo, adotar-se-á seu substituto e, na sua falta, qualquer outro índice aprovado pela Assembleia Geral. **Artigo 24º** – A Companhia disponibilizará a seus acionistas contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, se existentes. Jucerja nº 5115978 em 30/09/2022.